

ATA 844

1
2 Ata da octingentésima quadragésima quarta reunião Plenária, em convocação
3 ordinária, do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, realizada no décimo sexto
4 dia do mês de maio do ano dois mil e vinte, em modalidade online, por meio de
5 videoconferência, em atenção às Portarias CRP-PR nº 003 e 004/2020.
6 **Conselheiras(os) participantes:** Psic. Célia Mazza de Souza (CRP-08/02052) –
7 Presidente; Psic. Ana Lígia Braguetto (CRP-08/08334) – Vice Presidente; Psic. Angela
8 Aline Haiduk Rosa (CRP-08/21752) – Secretária (somente período da manhã); Psic.
9 Renata Campos Mendonça (CRP-08/09371); – Tesoureira (somente período da tarde);
10 Psic. Denis dos Santos Costa (CRP-08/10950); Psic. Gustavo Lacatus da Costa de
11 Oliveira (CRP-08/20191); Psic. João Batista Martins (CRP-08/07111); Psic. Luccas
12 Dannel Maier Cechetto (CRP-08/27520); Psic. Marcel Cesar Julião Pereira (CRP-
13 08/20665); Psic. Pedro Braga Carneiro (CRP-08/13363); Psic. Thaynara Bianchessi
14 Nagliate (CRP-08/28273); Psic. Ana Lucia Canetti (CRP-08/10403); Psic. Andressa
15 Roveda (CRP-08/08990); Psic. Luciana de Almeida Moraes (CRP-08/14417); Psic.
16 Michelly Antunes Ribeiro (CRP-08/27324); Psic. Natalia Cesar de Brito (CRP-
17 08/17325); Psic. Paulo Cesar de Oliveira (CRP-08/17066) (somente período da tarde);
18 Psic. Ramon Andrade Ferreira (CRP-08/28114); Psic. Sara Gladys Toninato (CRP-08-
19 /07092). **Também presentes:** Maurício Cardoso da Silva – Gerente Administrativo
20 Financeiro; Psic. Allana Pazotti Figueiredo (CRP-08/25326) Assessora Técnica I; Psic.
21 Angelo Horst (CRP-17007) Gerente Técnico; Psic. César Rosário Fernandes (CRP-
22 08/16715) Assessor Técnico; Karla Lucélia Losse Mendes (Assessora de Imprensa);
23 Psic. Milena Luiza Poletto (CRP-08/13828) Coordenadora de Comissões
24 Especiais/Temáticas; Psic. Elaine Bernert (CRP-08/14475) Coordenação Técnica –
25 Comissão de Orientação e Fiscalização; Psic. Altieres Edeimar Frei (CRP-0820211) -
26 Assessor de Pesquisas; Comissão Setorial Oeste: Psic. Stephanie Mariane Freitas
27 Piveta (CRP-08/16465); Psic. Gabriele de Oliveira Passos (CRP-08/31440); Psic. Loan
28 Aparecido dos Santos Amaral (CRP-08/31278); Psic. Fabiana Denise Xavier (CRP-
29 08/29567); Psic. Lismara Maria de Oliveira CRP-08/20271; Comissão Setorial Noroeste:
30 Psic. Rodrigo Taddeu da Silva (CRP – 08/22826); Comissão Setorial dos Campos
31 Gerais: Psic. Gustavo Filipowski (CRP-08/27778) (somente período da manhã); Psic.
32 Luiz Henrique Palavacin Selivan (CRP-08/23504); Comissão Setorial Norte Pioneiro:
33 Psic. Ana Paula Rossito Mantoan (CRP-08/12479); Psic. Lorena Maria da Silva (CRP-
34 08/22083) – Comissão Gestora – Maringá; Psic. Maynara Helena Flores Martins (CRP-
35 08/24595) Comissão Gestora - Maringá; Psic. Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto (CRP-
36 08/ 27407); Psic. Fabíola Macedo de Campos (CRP-08/14206) Colaboradora da
37 Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito – Curitiba; Psic. Julia Mezarobba Caetano
38 Ferreira (CRP-08/25872); Psic. Rosiane Martins de Souza (CRP-08/14328)
39 Coordenadora da Comissão Étnico Racial; Psic. Simone Cristina Gomes (CRP-
40 08/14224) Coordenadora da Comissão de Psicologia na Assistência Social – Maringá
41 (somente período da manhã); Psic. Tamiris Sasaki de Oliveira (CRP-08/17387)

42 Colaborada da Comissão de Avaliação Psicológica – Londrina (somente período da
43 manhã); Psic. Thamara Crsitina Cozer Nawakoski (CRP-08/27834) Colaboradora da
44 Comissão de Ética – Curitiba; Psic. Fernanda de Oliveira Pavão Mascarin (CRP-
45 08/18906) Comissão Étnico-racial (estadual); Gabriela de Conto Bett (CRP-08/14529) -
46 Comissão Gestora – Cascavel (somente período da manhã); Psic. Guilherme Alcantara
47 Ramos (CRP-08/21249) - Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho
48 (somente período da manhã); Psic. Hayana Ramos de Matos Siqueira (CRP-08/22145)
49 – Comissão de Direitos Humanos - Diverges – Cascavel - (somente período da manhã);
50 Psic. Isabela Cim Fabricio de Melo (CRP-08/30839) - Comissão de Direitos Humanos –
51 Diverges; Psic. Jefferson Olivatto da Silva (CRP-08/13918) Comissão Étnico Racial
52 (somente período da tarde); Psic. Lélia Monteiro de Mello (CRP-08/11915); Psic. Luana
53 Lubke de Oliveira (CRP-08/31102) – Comissão de Direitos Humanos – NUPSIM
54 (somente período da manhã); Psic. Luiza Curry Muller (CRP-08/21220) - Comissão de
55 Neuropsicologia (somente período da manhã); Psic. Raphaella Ropelato (CRP-
56 08/10276) - Comissão de Psicologia Hospitalar (somente período da manhã); Psic.
57 Sonia Regina Lunardon Vaz (CRP-08/02338) - Comissão Gestora – Londrina; Psic.
58 Talita Souza Perboni (CRP-08/16291) - Comissão de Neuropsicologia (somente
59 período da tarde). Havendo quórum, às 09 (nove) horas tem início a reunião Plenária,
60 com breve apresentação das(os) participantes. Conselheira Celia explica a metodologia
61 da Plenária e as circunstâncias para sua realização neste formato, a saber, a pandemia
62 da COVID-19. **1. APROVAÇÃO DE ATA** Em regime de votação, é aprovada por
63 unanimidade de votantes a Ata da 843ª reunião Plenária, realizada no dia 25 de abril de
64 2020. **2. INFORMES 2.1. Instrução Normativa (IN) CFP nº 003/2020 - Prorroga o**
65 **prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do CFP e**
66 **CRP** Psic. Angelo informa que, conforme IN, os prazos processuais e prescricionais
67 dos Processos Administrativos e Disciplinares no âmbito do Conselho Federal de
68 Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, suspensos pela Instrução
69 Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, têm sua
70 suspensão prorrogada até o dia 1º de junho de 2020. Os prazos e determinações
71 estabelecidos na presente Instrução Normativa poderão ser alterados, de acordo com
72 as informações e recomendações das autoridades sanitárias, após avaliação da
73 Diretoria do CFP. Cons. Célia compreende que, qualquer movimento que se faça, pode
74 colocar os processos a “andar”. Por isso a necessidade de manter a suspensão e
75 respeitar a IN. **2.2. Serviço de escuta psicológica para questões relacionadas à**
76 **pandemia do coronavírus e seus efeitos - Governo do Paraná** Conselheiro Pedro
77 informa que o CRP foi procurado para apoiar a iniciativa de criação do Serviço. Desde o
78 início da pandemia, o CRM (em articulação com a Casa Civil) propuseram uma ação,
79 via plataforma desenvolvida pela Celepar, para que médicas e médicos voluntárias(os)
80 pudessem prestar atendimento às pessoas com suspeita de infecção pelo coronavírus.
81 Em paralelo, um grupo de psicólogas(os) (“ApoiaPSI”) ao divulgar proposta similar na
82 área da Psicologia foi contatado pela equipe da CELEPAR, para que fossem inseridos

83 atendimentos psicológicos no Serviço. Após, o Governo procurou o CRP para apoiar a
84 iniciativa. A avaliação inicial foi de que a proposta seria levada adiante independente do
85 apoio do Conselho e que, portanto, seria importante o Conselho se manifestar –
86 inclusive para prestar orientações necessárias sobre a legislação, no âmbito da
87 Psicologia. De toda forma, aponta que o grupo responsável tomou todo cuidado em
88 referenciar as normativas, que balizam a prática do atendimento online nesta situação
89 emergencial. O entendimento é que o trabalho voluntário se potencializa quando feito
90 em grupo, com suporte institucional e com a abertura de encaminhamentos, via órgãos
91 públicos para as situações que assim exigirem. A plataforma foi lançada na semana
92 passada, explica. Frisa que a operacionalização do Sistema não é do CRP (o que
93 resguarda a possibilidade de fiscalização pelo Conselho), mas que foram repassadas
94 orientações para que o Código de Ética e demais normativas não sejam infringidos.
95 Conselheiro Pedro reforça que não se trata de atendimento psicoterápico, mas sim de
96 uma escuta psicológica. O usuário pode entrar quantas vezes forem necessárias na
97 plataforma, porém sempre será vinculado ao primeiro atendimento. Cons. Pedro cita
98 que tem informação de que, no momento, não estão cadastrando novas(os)
99 voluntárias(os), pois o número de profissionais cadastrados é suficiente. Conselheira
100 Célia ressalta que se trata de iniciativa de profissionais voluntárias. Essa situação
101 também tem sido vivenciada pelos demais Regionais (muitos profissionais se
102 disponibilizando para atuar, contudo nem todas(os) tem capacitação adequada). Neste
103 sentido, aponta, o CRP defendeu que houvesse treinamento às(aos) psicólogas(os),
104 conduzida pelo Governo e pelo grupo de apoio das(os) psicólogas(os). O uso do termo
105 “Telemedicina”, considera que, confunde com programa do lançado pelo Ministério da
106 Saúde e CFM, para viabilizar atendimento médico (remunerado) remoto e respectiva
107 prescrição com assinatura eletrônica. Cons. Marcel explica que a situação do
108 voluntariado também apareceu na CDH, onde a discussão foi muito produtiva. Coloca
109 que acompanhou parte do processo de tomada de decisão e ampla discussão da
110 temática. Acredita na necessidade de se ampliar este debate com foco na relação entre
111 voluntariado e o papel do Estado, inclusive como forma de compartilhar toda discussão
112 feita para se tomar a decisão de apoiar a iniciativa. Conselheira Célia cita que na
113 primeira *live* foi abordada a questão do voluntariado. Complementa que o processo
114 contou com a colaboração da COF. As(Os) profissionais voluntários também assinam
115 um termo de compromisso quanto às questões ligadas à legislação. **2.3. Fluxo para**
116 **formalização de queixas à COF** Conselheiro João explica que a COF gostaria de
117 retomar os fluxos de queixas e denúncias que estão ocorrendo. Solicita que as(os)
118 conselheiras(os), colaboradoras(es) e funcionárias(os), ao receberem as queixas,
119 indiquem que essas sejam formalizadas junto à Comissão. Isso para garantir que a
120 COF possa ter registro das demandas e as orientações atendidas diretamente pelas
121 orientadoras fiscais. Conselheira Célia explica que recebe diariamente situações e indica
122 a formalização junto à Comissão. Tem indicado o e-mail geral, mas também o
123 personalizado da COF. Psic. Elaine explica que o e-mail personalizado da COF não

124 está em funcionamento, embora seja redirecionado para o e-mail geral do CRP. Frisa
125 que situações pontuais podem ser encaminhadas para o seu e-mail ou para o e-mail
126 geral. Cita que existe ainda um e-mail próprio da COF, que é para situações de
127 agendamento de orientações presenciais. Conselheira Célia cita os e-mails
128 (elaine.bernert@crppr.org.br ou crp08@crppr.org.br) e pede que as queixas sejam
129 encaminhadas para esses endereços. Após os informes, a Cons. Célia faz a
130 reordenação da pauta – conforme solicitação das(os) colaboradoras(es) e
131 conselheiras(os) presentes. **3. COMISSÃO DE PSICOLOGIA HOSPITALAR 3.1.**
132 **Manifesto Leito para todos - Manifesto equipe para todos** Psic. Raphaella explica
133 que a demanda chegou à Comissão para avaliação, com a indicação de que o grupo
134 pudesse escrever algo ligado à Psicologia Hospitalar, de maneira análoga ao
135 Manifesto. Os pontos que consideram muito importantes: a partir do momento que
136 visualizam o Manifesto Leito para Todos, compreendem que também significa “Equipe
137 para Todos”. A ideia é aproveitar o momento para falar sobre o quanto o trabalho da(o)
138 Psicóloga(o) Hospitalar é imprescindível neste momento. Isso coincide com uma
139 questão histórica da Comissão, de sensibilização para o trabalho. Sabe-se que os
140 processos de comunicação estão precarizados neste momento, mas compreende que
141 seria possível abordar o assunto a partir deste viés. Também pensando em “equipe
142 para todos”, embora Curitiba esteja com a situação de leitos “controlada”, sabe-se que
143 há projetos em andamento para abertura de hospitais (“Hospital Vitória” e “de
144 campanha”). Comenta que também há informações de que profissionais da rede devem
145 ser acionados para atuar nesses espaços, sem a necessária capacitação em
146 Psicologia Hospitalar. O entendimento da Comissão, como sugestão, seria oficial os
147 gestores sobre os tópicos imprescindíveis para atender nessas situações, para que não
148 se fragilize o trabalho e não se crie condições precárias de atendimentos. Conselheira
149 Célia explica que o Manifesto Leito para Todos é nacional, em circulação, e que
150 envolve principalmente o fortalecimento do SUS e “fila única” para os leitos,
151 independente de planos de saúde e convênios (que o SUS assuma a coordenação de
152 acesso aos leitos). Considera muito importante a preocupação com as equipes. Cita
153 que, a partir do Fórum de Conselhos da Área da Saúde, pode ser que surja algo
154 relacionado a isso, independente das questões trazidas pela Comissão, e que pode ser
155 recomendada a participação das(os) psicólogas(os) hospitalares. As orientações
156 podem também ser efetivadas por meio de *lives*, independente da programação
157 organizada, até o momento, pelo CRP. Seria muito importante ter um documento base,
158 de orientação aos gestores, mas também aos usuários dos serviços. A Psic. Raphaella
159 explica que, em termos de encaminhamento, a ideia seria dividir a Comissão para tratar
160 dessas duas temáticas trazidas acima. Em seguida, encaminhariam o texto para
161 considerações de outras Comissões/Plenário. Conselheira Angela entende que as
162 questões trazidas pela Comissão também dizem muito sobre atuação em emergências
163 e desastres. Recomenda articulação com a Comissão de Riscos e Desastres, para
164 discutir a atuação neste contexto de pandemia. Psic. Milena explica que a Comissão

165 tem discutido semanalmente e, conforme combinado, seriam dois textos: 01) mais
166 “político”, pensando a questão dos leitos; 02) mais técnico, de orientação, e refletindo
167 sobre a qualificação das equipes. Cita que, em Plenárias anteriores, foi discutido sobre
168 enviar aos gestores da Assistência Social e Saúde, contudo não são orientações
169 direcionadas à prática hospitalar. Sugere consultar o Governo do Estado sobre o plano
170 de contingenciamento relacionado aos leitos hospitalares relacionados à COVID. Isso
171 também daria subsídios para a Comissão trabalhar nos textos. Conselheiro João
172 questiona sobre o “treinamento” ofertado pelo Ministério da Saúde (MS), conforme
173 discutido em Plenárias anteriores. Conselheira Célia explica que o assunto foi pautado
174 na reunião de Presidentes dos Conselhos. O CFP, em parceria com o “Conselhão dos
175 Federais” já havia se manifestado junto ao MS. Contudo, ainda não há um retorno do
176 Governo quanto a isso, especialmente depois das trocas de Ministros. Compreende
177 que provavelmente isso será delegado às instituições de pesquisa e ensino, como a
178 FIOCRUZ – por exemplo. Porém, se houver uma proposta de orientação à categoria,
179 essas podem ser enviadas ao MS, com a indicação de inclusão de novos treinamentos.
180 Cita preocupações com atendimentos presenciais que não podem ser substituídos pelo
181 atendimento online (atendimento “beira de leito”). Psic. Raphaella complementa que,
182 em Curitiba, sempre que necessário, tem sido feitos os atendimentos “beira de leito”. Lê
183 orientações do MS a respeito da informação de óbito, que orienta que a equipe
184 psicossocial o faça – o que gera uma dúvida, tendo em vista que essa responsabilidade
185 geralmente é do médico, acompanhado da equipe. Na próxima quinta-feira haverá uma
186 nova reunião da Comissão de Psicologia Hospitalar, quando será possível organizar os
187 conteúdos e compartilhar na sequência, inclusive, com outros Conselhos Regionais.
188 Cons. Célia cita que é possível fazer construções conjuntas, como o CRP do Pará, por
189 exemplo, cuja presidente atua na área. Encaminhamento: os textos produzidos pela
190 Comissão serão encaminhados à coordenação de Comissões para socialização e
191 desenvolvimento da documentação. Conselheira Célia recomenda envolver a COF, em
192 função dos desdobramentos futuros. Solicita que seja formalizada ao CFP a consulta
193 sobre a relação com o MS, a respeito dos treinamentos, tendo em vista que a última
194 reunião de Presidentes de Conselhos Regionais de Psicologia foi transferida. Também
195 irá encaminhar a pauta ao Fórum de Conselhos da Área da Saúde (FCRAS). **4.**
196 **COMISSÃO DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL 4.1. Carta de Apoio aos**
197 **Profissionais do SUAS** Psic. Luiz retoma as preocupações trazidas nas Plenárias
198 anteriores, a respeito das condições de trabalho dos profissionais do SUAS. Agradece
199 o envio da comunicação aos gestores (Of DIR 0610-2020). Explica que a carta foi
200 esboçada pelas(os) colaboradoras(es) das Comissões de Psicologia na Assistência
201 Social. Apresenta os itens constantes da proposta, compartilhada com as(os)
202 participantes da Plenária. A Comissão está aberta à sugestões. Conselheira Célia
203 destaca que todas as Comissões são CRP. Sugere alterar para “O CRP, por intermédio
204 da Comissão de Psicologia na Assistência Social” – pois é um detalhe que faz diferença
205 na integração. Conselheiro João sugere consultar o Sindicato dos Psicólogos sobre

206 assinar o documento de maneira conjunta. Compreende que isto dá forma para
207 intervenção. Psicóloga Lismara sugere também consultar o CRESS – o trabalho no
208 SUAS é conjunto com os profissionais de serviço social (as questões e preocupações
209 são as mesmas entre as profissões). Psicóloga Simone explica que o documento vem
210 dos anseios quanto à precarização dos serviços, da luta contra o “assistencialismo”. Irá
211 contribuir para o avanço no diálogo com os gestores. Percebe uma sobreposição dos
212 “benefícios eventuais” ao que deveria ser “direito” da população. Questiona se poderia
213 ser consultado o Governo do Estado quanto ao “cartão comida boa”, que aparece numa
214 lógica “assistencialista”, especialmente num ano eleitoral (voucher presencial, que
215 precisa ser recarregado, etc). Não veio de um recurso da Assistência e, portanto, não
216 foi pactuado com as instâncias do SUAS necessárias. Preocupa-se com esta
217 sobreposição entre setores, pois considera ser um programa cheio de falhas e vícios
218 assistenciais. Explica que o CEAS está organizando uma nota de repúdio a respeito –
219 depois de muito embate com a SEJUF. Recomenda um ofício sobre a sobreposição da
220 Secretaria de Abastecimento na política de Assistência. Cita que tem municípios com
221 90 mil cartões para entregar – o que é preocupante, pois não se pensa na saúde do
222 trabalhador e dos atendidos. Defende provocar o Sistema Conselhos e Coletivos uma
223 discussão sobre o que, de fato, é “emergencial”. Todos os decretos dizem que os
224 atendimentos emergenciais devem ser presenciais. Mas o que é emergencial? –
225 questiona. É urgente referenciar os técnicos e teóricos sobre o que de fato é
226 emergencial. Conselheira Célia explica que há uma discussão nacional sobre serviços
227 essenciais, que tem sido bem polêmica. Assim que tiver algo formatado, encaminhará
228 às Comissões. Psicóloga Lismara complementa que as orientações encaminhadas aos
229 gestores não são compartilhadas com os trabalhadores. Psicólogo Cesar saúda a
230 iniciativa das Comissões quanto ao texto. Considera que qualquer forma de orientação
231 e defesa dos trabalhadores é muito importante no amparo e acolhimento das demandas
232 que eles trazem. Coloca-se à disposição para auxiliar na forma do texto e defende que
233 seja publicizado no site. Recomenda replicar o envio aos trabalhadoras(es), tal qual
234 como fora feito com os gestores. Sugere, também, que a Comissão de Psicologia e
235 Saúde também esboce algo a respeito para os profissionais do SUS. Entende que é
236 oportuno recuperar os encaminhamentos ligados à proteção e defesa dos profissionais
237 que estão na linha de frente. Cita que o CRP-RS está promovendo um levantamento de
238 situações junto aos trabalhadores (GT de Biossegurança). Sugere adotar a mesma
239 estratégia no Paraná, com objetivo de encaminhar ao MPT. Compreende que isso pode
240 ser feito via GT formado na última Plenária sobre a temática. A respeito do envio de
241 ofícios aos gestores, psicólogo Cesar explica que foram enviados aos 399 municípios,
242 22 escritórios regionais da SEJUF, CEAS, COSEMS, CES, SESA e COGEMAS.
243 Entende que a estratégia pode ser adotada também em relação à carta produzida pela
244 Comissão. Cita, também, o envio de mailing eletrônico constante com orientações.
245 Conta com a mobilização dos profissionais para fazer a capilarização das orientações
246 do CRP, pois de fato é muito difícil acessar todos os trabalhadores. Quanto ao cartão

247 “Boa Comida”, cita que é possível fazer uma recomendação ao Governo do Paraná, se
248 o Plenário consentir. Psicólogo Luiz compreende que se trata de uma iniciativa do CRP
249 e não sabe como poderia envolver o Sindicato. Mas os coletivos de trabalhadores tem
250 acionado algumas instâncias, recomenda envolvê-los também. Compreende que a
251 discussão será longa, mas concorda com a coletivação. Entende que todos os serviços
252 da Assistência Social são essenciais, contudo nem todos são emergenciais. É
253 necessário pensar a respeito também. Cita exemplos de sobreposição de atribuições.
254 São questões importantes para pensar enquanto coletivo sobre como defender esses
255 trabalhadores. Conselheiro Marcel compreende que o cerne de tudo isso, como já
256 pontuado, atinge várias áreas de discussão. Há que ter muito cuidado, porque são
257 multidimensionais – considera que o uso do programa para autopromoção, problemas
258 operacionais e na forma como foi construído, há demandas reais e necessárias.
259 Pondera que, pra se garantir o direito à vida, no contexto da pandemia, faz necessária
260 uma defesa da saúde pública que implica na restrição de outros direitos fundamentais.
261 Existem alguns parâmetros para que isso ocorra (necessidade, legitimidade e
262 proporcionalidade). Pede cuidado na forma como é feita a defesa de certas posições e
263 que se considere esta multidimensionalidade. Cita que, quanto ao cartão “Comida Boa”,
264 é importante considerar toda a movimentação dos dos trabalhadores rurais da
265 agricultura familiar para que viesse a ocorrer. Existe uma complexidade muito grande,
266 reforça. É importante defender os trabalhadores, mas sem esquecer a defesa dos
267 próprios beneficiados com o programa, que nele tem uma forma de subsistência neste
268 período de pandemia. Recomenda a leitura das diretrizes das Nações Unidas em
269 relação aos Direitos Humanos e medidas adotadas durante a pandemia. As diretrizes
270 apontam para os critérios citados anteriormente, bem como indicam alguma situações
271 consideradas essenciais a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. Conselheira
272 Célia sugere que o documento mencionado seja compartilhado com o Plenário e
273 Comissões. Assessora Karla enaltece o debate trazido pela psicóloga Simone. Da
274 perspectiva da mídia a publicação tem sido bastante unilateral e focado no tema de
275 forma assistencialista, mas entende que é possível fazer um debate sobre o uso político
276 dessas ações e reforçar a importância da política de assistência social e dos direitos da
277 população. Compreende que é preciso um cuidado para que a leitura do
278 posicionamento não seja contrário à distribuição de renda, mas crítico à forma e ao
279 contexto no qual tem sido realizado, em detrimento das políticas. E coloca-se a
280 disposição para auxiliar a tornar todo o debate elaborado pelas Comissões público.
281 Psic. Simone ressalta a importância do debate trazido pelo cons. Marcel. Contudo, cita
282 que a política do SUAS tem regulamentações próprias, que vem sendo dissolvidas em
283 função destas sobreposições. É necessário se posicionar na defesa das instâncias e
284 das regras da Política da Assistência Social, que precisam ser respeitadas. Faz uma
285 analogia com práticas que distorcem o papel da Psicologia. Isso não é eleitoral, é
286 direito do cidadão. Reflete: poderia ser feito via transferência direta? Poderia, mas do
287 ponto de vista “eleitoral”, entende que é “melhor” entregar presencialmente para

288 registrar com “fotos” o momento. Não é contra o benefício, mas sim com a forma da
289 entrega. Conselheira Célia sugere que o texto seja compartilhado com CDH,
290 Comunicação, etc. Com relação a fazer um documento interinstitucional (Sindicato e
291 outros Conselhos), depende do tempo necessário para publicação. Cita que no
292 CRESS, por exemplo, a nova gestão está tomando posse neste momento. Quanto aos
293 Sindicatos, ainda existem os de servidores municipais, além dos de “categorias”
294 profissionais. Concorda que é possível fazer consulta ao CRESS, refletindo se caberia
295 contato somente ao Sindicato dos Psicólogos e Sindicato dos Assistentes Sociais, ou
296 também a Sindicatos municipais. Conselheiro João defende buscar somente os
297 Sindicatos neste momento, pois entende que o documento diz mais respeito aos
298 profissionais. Sugere consultar os Conselhos para um posicionamento mais
299 contundente de defesa aos Sistemas (SUAS e SUS). Conselheira Célia compreende
300 que o documento pode ser um “start” para um diálogo com outras instituições. Em
301 relação ao Sindypsi, considera que envolve-lo seria uma forma de dar apoio às
302 demandas sindicais. Mas lembra que muitas delas não necessariamente são de
303 responsabilidade do CRP, em função de suas atribuições legais. Psicóloga Simone
304 propõe, como encaminhamento, a publicação imediata da carta, em função de já ter
305 sido elaborada pelas Comissões. E, depois, recomenda ampliar a discussão com outras
306 instituições para tratar das questões específicas trazidas. Sugere que a carta seja
307 encaminhada ao CEAS, enquanto CRP-PR, e, na sequência, construir outras referências
308 com outras instâncias. Encaminhamento: aprovada proposta da psic. Simone. **5.**
309 **ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (APAF)**
310 Conselheira Célia informa que a APAF acontecerá no dia 30 de maio de 2020, na
311 modalidade virtual, em função da suspensão de atividades presenciais. Trata-se de um
312 espaço deliberativo importante, que reúne representantes de todo o Sistema Conselhos
313 de Psicologia. Acontece, no mínimo, duas vezes ao ano. Geralmente são 04 dias de
314 atividades, mas a próxima acontecerá apenas numa manhã, com apenas dois pontos
315 de pauta: anuidade e eleições do Sistema Conselhos de Psicologia. Estes dois pontos
316 não podem ter deliberações adiadas, considerando prazos regimentais e legais que os
317 envolvem. É possível indicar 03 delegados do Paraná. Encaminhamento: aprovada a
318 indicação das(os) conselheiras(os) Célia, Renata e Pedro como delegadas(os) do
319 Conselho para a APAF. Conselheiras Andressa e Gustavo ficam de suplentes, na
320 hipótese de algum imprevisto das(os) indicadas(os). **6. 18 DE MAIO – DIA DA LUTA**
321 **ANTIMANICOMIAL** Conselheiro Pedro explica que o dia 18 é muito importante para a
322 Psicologia, pois é data aludida à “Luta Antimanicomial” e ao “Combate à Exploração e
323 Violência Sexual de Crianças e Adolescentes”. Explica sobre o processo de construção
324 de ações, restringidas em função da pandemia. A previsão é de que: pela manhã (a
325 partir das 9h), haverá um ato virtual do Sistema Conselhos, em defesa da luta
326 antimanicomial (Cons. Pedro irá representar o CRP-PR); à tarde haverá uma *live*
327 específica do CFP e, à noite, uma *live* específica do CRP-PR. Apresenta a
328 programação prevista e convidadas(os). Além disso, há ainda a proposta de publicação



329 de um texto, esboçado pelo Psic. Cesar e compartilhado com equipe técnica,
330 colaboradoras(es) e conselheiras(os). Cita, ainda, ações previstas da Comunicação,
331 como entrevistas com Cristhian Dunker e Paulo Amarante, inserções na mídia e
332 presença em roda de conversa proposta pelo Centro Acadêmico da PUCPR. Psic.
333 Angelo explica que, em relação ao texto citado, algumas considerações foram possíveis
334 de acolher, contudo a CDH encaminhou alterações mais estruturais, que não se sente
335 em condições de fazer sem a participação de conselheiro da Comunicação e
336 conselheiro da CDH. Coloca-se à disposição para auxiliar, neste sentido, em grupo à
337 parte. Assessora Karla informa que a CDH Maringá também encaminhou texto para
338 publicação, a respeito de inspeções psiquiátricas feitas no Paraná. Cons. Marcel elogia
339 a construção do texto, discutido na CDH de Curitiba. Confia na equipe que organizou o
340 texto para acolher as recomendações. Explica as considerações da Comissão.
341 Conselheira recomenda fazer a avaliação durante a Plenária em função das atividades
342 previstas ao longo do dia. Em relação a produção de materiais gráficos, há uma
343 possibilidade de que sejam utilizados por outros Regionais. Conselheiro João defende o
344 compartilhamento nacional, com os devidos créditos ao CRP-PR. À medida que não há
345 um consenso sobre o uso ou não, é o que cabe. Conselheiro Pedro faz considerações
346 sobre a importância das construções coletivas, que vem se desenvolvendo no Sistema
347 Conselhos. Desta forma, considera relevante a manutenção das parcerias. Reflete
348 alguns cuidados para compartilhamento de materiais entre Regionais, como
349 preocupação em se evidenciar o trabalho de autoria e se evitar eventuais impressões
350 quanto a dissidências no Sistema. Encaminhamento: o texto do manifesto será
351 organizado pelos Cons. Pedro e Marcel, e Psic. Angelo (no período da tarde). **7. LIVES**
352 **do CRP-PR** Conselheira Ana Lígia explica sobre o processo de coleta de sugestões
353 para as *lives* e apresenta ao Plenário os temas para cada uma. Explica que a ideia é
354 criar um pequeno “GT” com as(os) convidados(as) sugeridos, bem como conselheira(o)
355 responsável, para definição de nomes e formato. Apresenta também considerações
356 sobre as atribuições de cada convidada(o) (mediação, representante de Plenário e
357 pesquisadora/trabalhadora da área). Complementa que as Comissões envolvidas com
358 as temáticas também foram convidadas a indicar perguntas que possam roteirizar o
359 debate. Pede apoio de todas(os) na divulgação das *lives*, à medida que se
360 confirmarem. Sugere incluir a Comissão de Psicologia Hospitalar no tema “morte, luto e
361 suicídio”. Conselheira Célia recomenda que as Comissões se manifestem diretamente
362 à Psic. Milena, que concentra as informações sobre as *lives*. Psicóloga Milena
363 complementa com informações sobre o processo de construção. Todas as Comissões
364 receberam por e-mail as sugestões de temas, para acréscimos, supressões, etc. O
365 arquivo concentra informações sobre Comissões que se manifestaram e também que
366 foram indicadas a contribuir. Havendo novas sugestões, recomenda que sejam também
367 encaminhadas por e-mail. **8. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS 8.1. Informes**
368 **gerais da CDH** Conselheiro Marcel informa que as Comissões de DH das sedes
369 (Londrina, Maringá, Curitiba) têm se reunido com certa regularidade. Uma ação recente

370 do Núcleo Pop-Rua, foi a produção de um panfleto, com orientações ligadas à
371 pandemia, numa linguagem mais acessível. O documento foi encaminhado a alguns
372 coletivos e também tem sido distribuído. **8.2. Reestruturação para um modelo**
373 **colegiado de gestão da CDH** Cons. Marcel aponta também discussão retomada na
374 CDH sobre o modelo de gestão da CDH, que respeite a autonomia dos núcleos e
375 também as questões regionais de cada Comissão. Explica que, nesta semana, foi
376 possível reunir todos as(os) coordenadoras(es) da CDH e Núcleos, para construção de
377 um modelo. O objetivo é que a coordenação seja colegiada (cada Comissão responda
378 localmente, mas com fórum de coordenadoras(es) para avaliar ações, redirecionar,
379 fortalecer politicamente as pautas, etc). O grupo também está buscando articular uma
380 reunião com a Diretoria para alinhar as expectativas e atribuições. Também se faz
381 necessário, considera, desenvolver uma espécie de monitoramento das pautas e
382 espaços que o Conselho pode ocupar ou não. Para alguns temas, compreende, é
383 necessário ouvir outros “atores”, para que o debate não fique restrito aos núcleos.
384 Conselheiro Marcel também defende a institucionalização deste modelo colegiado de
385 coordenação, para que passe a ser reconhecida como tal e poder construir uma
386 Resolução de funcionamento da CDH, por exemplo. Crê que isso contribuirá para
387 definir os papéis e as implicações de ser considerada uma Comissão Permanente, em
388 que pese esteja regulada por uma resolução relacionada às Comissões Especiais.
389 Conselheira Célia explica sobre os desdobramentos nacionais para que a CDH
390 continue permanente, como aprovação do CFP, por exemplo, também da Comissão
391 Étnico-Racial. Conselheiro João compreende que a direção nacional apontada pela
392 Cons. Célia alinhará todos os Conselhos Regionais. Lembra que o Regimento Interno
393 está em revisão, com a consideração de que CDH e Étnico-Racial sejam permanentes.
394 A primeira parte da Plenária (manhã) é encerrada às 12h38min. Às 14h08min é
395 retomada a segunda parte da Plenária, com retorno às pautas da CDH. **8.3. Discutir**
396 **sobre criação de Grupo de Trabalho para elaboração de materiais orientativos**
397 **sobre violência contra a mulher – CDH Maringá** Psic. Lorena informa que na CDH de
398 Maringá estão discutindo de uma maneira bem profícua sobre a rede de enfrentamento
399 a situações de violência doméstica contra mulheres. Por conta disso, na última reunião
400 da Comissão, foi discutida a possibilidade de constituir um GT para tratar de materiais
401 orientativos, direcionados não somente para profissionais que estão na rede, mas
402 também às(aos) psicólogas(os) do SUS, SUAS, etc, e que acabam se relacionando
403 com esta demanda. Conselheiro Pedro parabeniza a iniciativa. Experiências anteriores
404 de GTs tem sido positivas. Recomenda a participação da COF no grupo, para tornar
405 mais célere a produção do GT, no que tange aspectos éticos e legais. Psicóloga Lorena
406 complementa que, além da COF, seria importante contar com outras Comissões
407 também, numa perspectiva de construção ampliada, para respeitar as questões locais.
408 Cons. Paulo elogia a iniciativa e se coloca à disposição para contribuir no GT, enquanto
409 representante da rede de Londrina e membro da COE. Psic. Lorena também cita que a
410 a advogada da Comissão de Enfrentamento à Violência, da OAB, convidou o CRP para

411 produzir orientações aos usuários. Cons. Célia acrescenta que a Comissão Setorial dos
412 Camos Gerais também tem interesse em compor o GT. Psic. Angelo propõe que as
413 Comissões citadas indiquem os nomes das(os) representantes para composição – o
414 que é aprovado. Psic. Milena pondera que é importante saber qual a expectativa em
415 relação a parceria com OAB, se é só contribuição na elaboração de texto ou outros
416 desdobramentos. Importante fazer essa conversa e entender a proposta de parceria.
417 Cons. Paulo pede mais informações sobre a proposta de parceria com a OAB. Psic.
418 Lorena explica que na CDH a proposta seria construir dois materiais: 1) mais amplo,
419 com participação das Comissões (GT); 2) documento regional, voltado pra Maringá, sob
420 responsabilidade da OAB com contribuições técnicas da Psicologia. Cons. Célia sugere
421 que seja solicitada à OAB a formalização da proposta por e-mail, o que deixará mais
422 explícito os termos e expectativas da parceria. **8.4. Discutir sobre criação de um GT**
423 **para a elaboração de uma Cartilha de orientação sobre a atuação da(o)**
424 **Psicóloga(o) no atendimento à população LGBTQI+** Psic. Dyennifer apresenta a
425 proposta. Também pensaram na construção do GT, ligado à população LGBTQI+.
426 Cons. Celia concorda que há uma carência de materiais na área. Concorda com
427 material específico pra categoria. Coloca-se à disposição para contribuir. Conselheiro
428 João lembra sobre as referências do CREPOP. Recomenda usá-las como subsídio,
429 para evitar de produzir sobre algo que já existe. Psic. Dyennifer acrescenta que,
430 inicialmente, pensaram enquanto orientação para categoria. Contudo podem abrir para
431 outros coletivos. Psic. Milena complementa que especialmente o núcleo de Cascavel já
432 vinha discutindo esta pauta, no sentido de refletir sobre situações de atuação da(o)
433 Psicóloga(o) em alguns contextos (questões de ordem prática), nome social dentro da
434 POT, treinamento de equipe, diversidade nas empresas. Mesmas questões para outras
435 áreas de atuação. Cons. Pedro lembra de outras produções, como notas técnicas e
436 livros do CFP. Cons. Célia considera que, se é questão de orientação, COF e COE
437 devem estar envolvidas. Psic. César se coloca à disposição para contribuir. Cons. Celia
438 compreende que a condução fica sob responsabilidade do Divergers de Cascavel.
439 Quanto a envolver outros coletivos, recomenda para uma segunda etapa (priorizar
440 neste momento as orientações técnicas voltadas para a categoria). Cons. João propõe
441 criar uma rede de diálogo com os coletivos e grupos de defesa dos direitos LGBTIs.
442 Cons. Marcel considera ser muito difícil construir orientações para as(os) psicólogas(os)
443 com a participação de membros externos ao CRP. Contudo considera importante ter
444 um momento de consulta aos coletivos (como: “o que vocês esperam da Psicologia em
445 relação ao atendimento as pessoas LGBTIS ?”), para que se encontrem soluções para
446 esses problemas. Há um trabalho de “meio campo” que não dá pra coletivizar ao
447 extremo, sob risco de não orientar as(os) profissionais, mas que, uma vez construídas
448 as orientações, é importante retomar o debate com os movimentos sociais para validar
449 essas orientações. Cons. Ramon informa que a Comissão Étnico-Racial também está
450 organizando publicações. Coloca-se à disposição para contribuir com o GT, para que
451 haja uma interface entre as Comissões. Sugere também envolver outras.

452 Encaminhamento: aprovada a constituição do GT, com o Núcleo DIVERGES, de
453 Cascavel, na coordenação; cons. Célia; psic. Cesar; cons. Ramon; COF e COE. Outras
454 interessadas(os) podem se manifestar, por e-mail, junto à Psic. Milena. **9. COMISSÃO**
455 **DE PSICOLOGIA JURÍDICA 9.1. Recomendações do CFP sobre a elaboração de**
456 **documentos psicológicos para o Poder Judiciário no contexto da pandemia do**
457 **novo coronavírus** Cons. Luciana informa sobre publicação do CFP a respeito,
458 conforme discussão já trazida em Plenárias anteriores. O assunto foi tema da reunião
459 das Comissões com a participação da Cons. Marina, do CFP, onde foi possível abordar
460 os “bastidores” da construção do ofício, com as recomendações. O entendimento das
461 Comissões é que as recomendações, assim como a Nota Orientativa da CCAP sobre
462 uso de testes psicológicos informatizados/computadorizados e/ou de aplicação
463 remota/online, apesar de concisas e generalistas, são documentos que muito estão
464 contribuindo para orientar a categoria. Das fontes que tiveram acesso, a recepção pela
465 categoria foi em geral positiva. Não obstante, restaram algumas dúvidas decorrentes da
466 situação atual, mas também traz à tona questionamentos anteriores - sobre avaliação
467 psicológica, produção de documentos e papel da Psicologia no Judiciário. Consideram
468 a necessidade de complementar com mais orientações, mas não só por escrito, como
469 também através de *lives* para iniciar o debate. E, ainda, promover reuniões abertas das
470 Comissões com a categoria, sem perder o *timing* das publicações do CFP. Ainda,
471 buscar parcerias que ajudem a fortalecer o debate dentro do sistema de justiça
472 (promover parcerias com o CRESS, OAB, etc). Psic. Ana Paula complementa que a
473 ideia da *live* seria, também, para produzir um documento, a partir dela. Sobre implicar o
474 sistema socioeducativo, Cons. Célia compreende que sim – em que pese a
475 socioeducação esteja no âmbito executivo, e não no judiciário. Cons. Célia compreende
476 que é possível realizar, contudo pede a formalização de um projeto/proposta para
477 execução, para além das *lives* já previstas. Cons. Luciana informa que se reunirão nos
478 próximos dias para fechar a proposta, que será considerada no agendamento das *lives*,
479 sem perder o *timing* das publicações do CFP. Cons. Célia compreende que terá um
480 formato “diferente”, mas pode entrar na ordem das *lives* já previstas. Mas deve
481 contemplar a discussão com outras áreas que envolvem a relação com a justiça.
482 Psicólogas Gabriela e Rosiane se colocam à disposição para contribuir. Psic. Milena
483 considera importante definir se seguirá o mesmo processo de construção das outras
484 *lives*. Cons. Célia sugere marcar a *live* da Jurídica para o dia 08/06. Cons. Luciana
485 entende que poderá perder o *timing*. Psic. Angelo recomenda fazer a parte do
486 cronograma das *lives* já definido, na última semana de maio, em função do prazo
487 necessário para comunicação preparar a divulgação. Psic. Ana Paula recomenda fazer
488 antes do dia 31/05. Cons. Renata não considera um problema realizar uma *live* “extra”,
489 mas que possa ser deliberada em reunião da Diretoria ampliada, a partir da proposta
490 recebida da Comissão. Cons. Luciana defende o uso dessas ferramentas para criar
491 espaços de debate, afim de dirimir dúvidas. Cons. Célia solicita a formalização da
492 proposta para apreciação em reunião da Diretoria, (reuniões estas, que são ampliadas,

493 e que acontecem nas terças-feiras, 9h). Convida todas(os) a participar. **10. COMISSÃO**
494 **ÉTNICO-RACIAL (CER)** Psic. Rosiane Teodoro informa que a Comissão tem se
495 reunido bastante por conta de uma preocupação sobre as questões que envolvem a
496 população negra no contexto da pandemia. Informa que elencaram informações
497 importantes, sobre mais uma vez a população negra ser a mais atingida. Argumenta
498 que se acentua a necessidade de racialização dos dados do COVID, para que se
499 pensem estratégias específicas de enfrentamento. Informam que entraram em contato
500 com o Conselheiro Pedro sobre ações conjuntas com a Comissão de Psicologia e
501 Educação. Psicóloga Fernanda Mascarin informa que a CER tem a ideia de construir
502 materiais orientativos, de forma transversal – junto às outras Comissões – quanto a
503 materiais específicos da Comissão. Aponta que estão construindo um texto para o
504 Especial COVID, sobre o tema da Negritude e seus desdobramentos, como uso de
505 máscaras por homens negros, taxas de hospitalização, etc. Informam que se
506 articularam algumas ideias com o Psic. Cesar. Psicólogo Jefferson agradece a
507 articulação da chapa ao CRP-PR e rearticulação da Comissão Étnico-Racial, com
508 menção especial ao Conselheiro Ramon, Paulo, João e equipe. Aponta que as
509 produções sobre o tema são fundamentais, para trazer à tona dados étnico-raciais, que
510 são invisibilizados. Argumenta que nas regiões de maior vulnerabilidade ao COVID, são
511 nas áreas periféricas e que há tendência de subnotificação porque estas vidas valem
512 menos. Informa que há uma ideia de construção de um vídeo. Psic. Rosiane pontua
513 que há vontade, por parte da Comissão, de produção de vídeos curtos sobre o racismo,
514 com vídeos prontos com pessoas negras, sobre o tema. Questiona se é possível fazer
515 isso individualmente, sem linkar com a Comissão, ou fazer através da CER, em
516 parceria com a CCS, com orientações sobre alcance e efetividade dos vídeos. Psic.
517 Milena aponta que, com relação ao Especial COVID, desde o início tem trabalho
518 orientações gerais e abrangentes, com pautas definidas na equipe técnica – diante das
519 solicitações que chegavam à COF e CCS -, para categoria profissional e sociedade.
520 Complementa que as Comissões Especiais podem demandar a produção de textos
521 para o Especial e que podem ser articuladas com ela, Coordenadora das Comissões.
522 Informa que há um fluxo e que tem priorizado ações relacionadas à pandemia, pois é
523 sobre isso que a categoria tem tido interesse. Também informa que estabeleceu
524 contato com o Psic. Paulo Navasconi, copiando a CER, para discutir a produção de
525 textos e que sobre os vídeos é importante alinhar junto à CCS. Psic. Jefferson aponta
526 que o tema dos vídeos é sobre o COVID. Cons. Celia informa que o CRP-PR já
527 solicitou à SESA que os dados publicados sobre o COVID contemplassem marcadores
528 como raça, situação socioeconômica, e que o CFP também solicitou a mesma
529 divulgação ao Ministério da Saúde. Informa que estão em fase de revisão do
530 Regimento Interno e que a Comissão Étnico-Racial terá status de permanente,
531 informando que será debatido na próxima Plenária, apresentando o fluxo de aprovação
532 do novo Regimento. Solicita que sempre que possível, a CER aponte quais são os
533 recortes raciais que são necessários em todas as nossas produções. Informa que há

534 materiais no CRP-PR para consulta, descarte e que há bastante livros da última gestão
535 “Diálogo”, para distribuição. Sobre os vídeos, há que se pensar como viabilizar,
536 considerando que não contamos com profissional para edição de vídeo em nossa
537 equipe, até o momento. Destaca também que toda proposta deve ser formalizada para
538 que possa ser operacionalizada. Psic. Rosiane elogia o Psic. Jefferson, dizendo que é
539 muito solidário e que tem contribuído muito com seu conhecimento e humildade.
540 Reafirma que o tema proposto para os vídeos, é COVID, porque entendem que as
541 produções textuais não alcançam a todos. Psic. Fernanda pergunta se a formalização
542 deve ser feita para a Milena ou Cesar, e Psic. Milena orienta que pode ser o registro na
543 ata. Sobre a interface com “Educação”, o Psic. Jefferson aponta que tem interesse no
544 tema e que tem discutido que é importante pensar capacitação dos professores, nas
545 escolas, e que isso demandaria articulação com as Secretarias de Educação.
546 Argumenta que com isso se atingiria um grande número da população paranaense e
547 que poderia fazer articulação junto aos NEABs de todo o estado, com abrangência para
548 incidir dentro das escolas. Aponta que o primeiro aspecto a ser considerado, na
549 pandemia, é a vida – e menciona em especial a vida de negras e negros, além de
550 povos indígenas. Argumenta que uma articulação com as Comissões de Educação é
551 fundamental para isso, e que demanda legitimidade do CRP-PR para articular junto às
552 instituições. Também explica que há outro projeto, que está sendo articulado, para
553 avaliação das ações, com os dispositivos institucionais e financeiros do CRP-PR, para
554 a militância que fazem. Conselheira Celia destaca que a Comissão também é CRP-PR,
555 que o Conselho é composto por todo esse grupo de conselheiras(os),
556 colaboradoras(es), funcionárias(os). Enfatiza a defesa de que a Comissão Étnico-Racial
557 seja compreendida com o status de permanente e que carrega com ela o suporte
558 institucional da autarquia. Conselheiro Pedro informa que no encontro de Comissões a
559 Psic. Rosiane o chamou para articular ações da Escolar e da CER. Aponta que foi
560 discutido na reunião da Comissão de Psicologia Escolar conjunta em Curitiba e
561 Londrina em debruçar esforços para trazer, incentivar e propor ações de combate ao
562 racismo no âmbito da educação. Avalia prudente iniciar este processo com uma
563 pesquisa sobre o que se faz nas escolas do Paraná sobre ações de combate ao
564 racismo, para identificar iniciativas para sugestão e formação para as profissionais e
565 escolas onde não acontecem ações neste sentido. Reflete que não virá das instâncias
566 governamentais uma mobilização neste sentido, e que a responsabilidade deve ser
567 assumida pela sociedade civil. Também comenta sobre experiências passadas, como a
568 realizada pela Comissão de Psicologia Social e Comunitária na gestão “Diálogo”.
569 Pontua sobre o fluxo de formalização das propostas, mas ressalta que um
570 encaminhamento também deve ser o agendamento de um momento com a CCS para
571 se pensarem as estratégias. Também informa que receberam uma provocação de uma
572 psicóloga de ascendência asiática sobre o preconceito de pessoas descendentes de
573 “orientais” e que já fez contato com o Cons. Ramon para convidar a colega para as
574 articulações da Comissão Étnico-Racial. Cons. Ramon informa que entende importante

575 que o CRP-PR faça campanhas para evitar o preconceito com pessoas asiáticas e que
576 o racismo não é questão exclusiva da negritude, mas fala sobre as diferenças entre
577 essas expressões e sobre a necessidade de produzir conteúdos sobre isso.
578 Conselheira Celia sistematiza entendendo que a Comissão deve encaminhar via ata ou
579 projeto, para que o Conselho se aproprie e dê encaminhamentos, de acordo com as
580 possibilidades do CRP-PR. Lembrou de evento realizado neste CRP, com a
581 participação da Dra Elena Shizuno, a qual desenvolveu (e apresentou naquela
582 oportunidade) a pesquisa: “Bandeirantes do Oriente ou Perigo amarelo: Os imigrantes
583 japoneses e a DOPS na década de 40”. **11. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
584 Cons. Pedro explica que ainda não foi possível chegar numa organização que garanta
585 antecipação das pautas e socialização das construções. Todo mês tem datas
586 especiais/alusivas, e o objetivo é sempre envolver as Comissões, mas eventualmente
587 acontece da demanda chegar em cima da hora para os grupos. A comunicação
588 organizou algumas datas prévias para o mês de junho/julho. Assessora Karla
589 complementa que a Comunicação está à disposição, inclusive pra auxiliar desde o
590 início, pensando formatos, públicos a serem alcançados, etc. Psic. Milena complementa
591 que as Comissões podem indicar outras datas também. Quanto antes se organizar,
592 melhor. Sobre “minutas de textos”, entrevistas, etc, é importante que as Comissões
593 também demandem. Cons. Célia sugere que a relação das datas de todo o ano sejam
594 encaminhadas a todos. Cons. João concorda com um panorama do ano. Reflete sobre
595 a viabilidade e retoma preocupações do Plenário, discutidas em janeiro, quanto aos
596 “meses temáticos”. Encaminhamento: após discussão, conselheiro Pedro propõe que a
597 Comunicação faça o levantamento anual das datas possíveis, para repassar às
598 Comissões, para contribuições quanto às temáticas – o que é aprovado. Reforça as
599 colocações da assessora Karla, para articular junto como as comissões proponentes os
600 fomatos e formular as produções de maneira mais coletiva. **12. COMISSÃO DE**
601 **MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO (CMHT)** Psic. Lelia apresenta preocupação
602 quanto a votação do projeto que aumenta prazo das CNHs. Preocupação é com a vida,
603 cita. Psic. Fabíola informa que, desde janeiro, estão pensando em ações sobre o “Maio
604 Amarelo”. Assim como a ABRAMET e o próprio site do “Maio Amarelo” produz
605 “banners”, pensam que seria possível criar comunicações do CRP, trazendo para a
606 área-Psi. Essas sugestões foram encaminhadas à Comunicação Social. Também
607 produziram alguns textos. Acrescenta também articulação com Psicólogo Cassiano
608 Novo, para tratar das ações de mobilidade, no contexto da pandemia. Outra sugestão é
609 recuperar impressões de cartazes para fixação nas clínicas credenciadas do DETRAN,
610 despachantes, auto-escolas, etc. Defende recuperar a campanha “Partiu ficar vivo” e
611 sugere contato com a UFPR para solicitar autorização. Haverá uma reunião com a
612 Comunicação para tratar destas demandas. Cons. Célia defende que sejam produzidos
613 materiais que sirvam para todo o ano. Cons. Pedro cita que a reunião é para ajustar
614 estratégias para cada um dos públicos, com materiais que sejam utilizados ao longo do
615 ano. Psicóloga Fabíola defende “trazer” para a Psicologia do Trânsito, para que não

616 fique somente sujeita às campanhas de outras áreas. Hora de mostrar a importância do
617 trabalho da Psicologia do Trânsito. Mudar essa percepção de que é um “carrasco”. É
618 um trabalho importante para prevenção da saúde. É necessário mostrar o porquê da
619 atuação da psicologia na área do trânsito. Sobre a PL 3267, compreende que não mexe
620 muito com a avaliação psicológica. Mas, preocupa-se com a proposta de dispensa da
621 necessidade de ter especialização para realização da avaliação para CNH. Além disso,
622 o PL aponta o estiramento dos prazos. Questiona se: 1ª) a Comissão pode se
623 manifestar de alguma forma, referente a PL 3267? Cons. Célia defende a construção
624 de um manifesto formal (comunicação institucional, via diretoria para outras
625 instituições). Psicóloga Fabíola ainda pondera: 2ª) a associação de clínicas abriu
626 espaço em seu estatuto para incluir profissionais (não é mais só de proprietários),
627 questiona se existe a possibilidade de somar forças com a ACAC, para buscar
628 intervenções políticas, enquanto os profissionais ficariam com a responsabilidade sobre
629 a conscientização da população. Informa que o Gustavo Fatori (DIMP) se colocou à
630 disposição para auxiliar nesse processo, na articulação com a Polícia Militar, por
631 exemplo. Também informa sobre o desejo da CMHT de produzir vídeos com familiares
632 sobre as consequências da violência no trânsito. Cons. Célia entende que é possível,
633 desde que a proposta esteja detalhada no plano de ação da Comissão. Cita que
634 algumas coisas precisam estar muito nítidas para todo mundo. Psic. Cesar explica
635 sobre a origem do PL, que foi proposto pelo Executivo (Governo Federal). Já foi
636 apresentado anteriormente e ficou travado porque muda substancialmente o Código de
637 Trânsito Brasileiro (CTB). Explica os termos do PL. Argumenta que vários pontos
638 merecem atenção da Psicologia. Ontem foi apreciada uma série de emendas ao PL,
639 comenta. Explica que a aprovação do PL depende de articulações com “centrão” na
640 Câmara. Por isso pergunta sobre posição do Plenário para articulação com outras
641 instituições e atores, parlamentares; bem como, processo de negociação da tramitação
642 deste projeto de lei. Lembra que é possível fazer todo tipo de campanha, mas que
643 essas dependem de aprovação em Plenária. Comenta possibilidade de fazer
644 mobilização virtual com parlamentares, pedindo derrubada dos pontos ou revisão;
645 materiais pro site, mas isso passa por um debate global, inclusive a partir dos recursos
646 oferecidos pelo Conselho através da Comissão de Comunicação Social. Conselheira
647 Vanessa agradece a apresentação e compreende que as colocações do psic. Cesar
648 são muito assertivas. Lembra reportagem na Revista Contato “com CRP eu confio”,
649 sugere algo neste sentido para área do trânsito, bem como envolver famílias que se
650 reestabeleceram (líderes comunitários) após sofrerem alguma tragédia relacionada ao
651 trânsito (a diferença que faz se tornar uma pessoa melhor no trânsito, não só para si,
652 mas para a sociedade como um todo). Cons. João sugere que as Comissões de
653 Trânsito façam uma análise do PL, do quanto pode impactar a sociedade, do ponto de
654 vista de aspectos psicológicos. Também articular com CFP, buscar afetar efetivamente
655 os parlamentares do congresso nacional. Avaliação detalhada pela Comissão pode
656 subsidiar uma ação mais forte dos Conselhos. Psicóloga Lelia cita que o PL entrará em

657 regime de votação, em caráter de urgência. Conselheiro Pedro compreende que as
658 falas convergem, no sentido de expressar o posicionamento do Conselho, de maneira
659 contrária ao PL. Conselheira Célia reitera que os argumentos das(os) profissionais da
660 área são importantes pra construir comunicações do Conselho. Conselheiro Paulo
661 sugere buscar articulações para que a população entenda os efeitos devastadores que
662 exerce a indústria automobilística, tanto no âmbito de forte agente poluidor, quanto no
663 contexto de concentração de riquezas, que é expressa pelos capitalistas, que dominam
664 essa indústria. Considera ainda que esse é o papel da psicologia que estuda
665 mobilidade urbana, bem como, apontar alternativas. Conselheira Vanessa compreende
666 que o contraponto trazido pelo cons. Paulo é muito importante. Mas, deixa evidente que
667 não procuram fazer a defesa de uma atividade por corporativismo, mas sim porque a
668 avaliação que se tem é que o PL irá piorar ainda mais a situação. Cita que estão
669 articulados com outras Comissões, para outras ações. Conselheiro Marcel sugere
670 considerar (ao preparar posicionamento) a forma da “linguagem”, para que não soe
671 como apologia ao punitivismo (cuidado com melindres na relação da luta pela
672 preservação da vida com as armadilhas do discurso punitivista). Psicóloga Fabíola
673 explica que a avaliação psicológica das clínicas credenciadas do Detran/PR é
674 considerada a melhor avaliação do Brasil. Muitos Estados buscam o Paraná para
675 entender o processo. Cita que os profissionais buscam fazer uma ótima avaliação com
676 aquilo que se tem. Conselheira Célia defende que as ações sejam detalhadas na
677 reunião entre Comissões. Quanto ao PL, sugere contato com a ABRAPSIT, Sociedade
678 de ortopedistas, entre outros possíveis parceiros para dar maior visibilidade a esta luta
679 em defesa da vida e qualidade no trânsito. No âmbito da política, defende verificar
680 relatoria, etapa em que se encontra o PL, bem como oficial todos os parlamentares.
681 Verificar quem tem maior poder de convencimento e sua base partidária. Psic. Cesar
682 questiona se será delegada à ACAC a articulação política em relação ao PL.
683 Encaminhamento: após discussão fica combinado que o CRP irá em nome da própria
684 entidade e da categoria, fazer articulação com relação ao Projeto de Lei. Num segundo
685 momento, poderá fazer articulações com outras entidades e segmentos, porém, sem
686 delegar a elas questões que dizem respeito à Psicologia. Quanto às produções
687 solicitadas, serão discutidas em reunião com a Comunicação Social. **13. NOMEAÇÃO**
688 **DE NOVAS(OS) COLABORADORAS(ES)** **13.1 Comissão de Direitos Humanos –**
689 **Maringá**: Psic. Jenniffer Lucas CRP-08/22481, Psic. Rodrigo Taddeu da Silva CRP-
690 08/22826, Psic. Fabiane Kravutschke Bogdanovicz CRP-08/19219, Psic. Isabela
691 Cristina de Melo Rosa CRP-08/25733. **13.2 Comissão de Avaliação Psicológica –**
692 **Londrina**: Psic. Gracielly Terziotti de Oliveira CRP-08/20237. **13.3 Comissão de**
693 **Psicologia do Esporte – Londrina**: Psic. Deborah Hikari Morimoto Ota CRP-08/30525,
694 Psic. Vitor Miranda de Araujo CRP-08/22110. Não havendo mais pontos previstos, a
695 Reunião Plenária é encerrada às 17h40 e, nada mais tendo a relatar, eu, Angelo Horst,
696 funcionário deste CRP, lavro esta ata que vai assinada também pelas Diretoras
697 presentes.